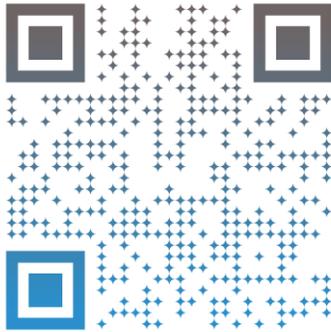


Crise política, pandêmica e social: estudo do Governo Bolsonaro no contexto da COVID19 no Brasil¹

Political, pandemic, and social crisis: study of the Government Bolsonaro in the context of COVID19 in Brazil

Roberto, Macedo Gondo²; Lígia, De Morais Oliveira³



Fecha de recibido: 6/12/2021
Fecha de revisado: 21/12/2021
Fecha de aceptado: 20/4/2022



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-SinObraDerivada 4.0 Internacional

RESUMO

O objetivo do presente artigo é apresentar resultados de pesquisa quantitativa probabilística realizada com a população brasileira em território nacional para identificar percepções do governo presidencial de Jair Bolsonaro no Brasil. O recorte de investigação é dimensionado para os anos de 2019 e 2020, com a finalidade de alinhar com a primeira parte do mandato do atual presidente e convergir para as temáticas mais representativas que emergiram no contexto brasileiro e global, tais como o enfrentamento da pandemia da COVID19 e respectivas políticas públicas destinadas ao combate e controle da doença, fortalecimento e pautas provenientes de movimentos sociais e de renovação política que surgiram nos últimos anos e postura do governo sob a égide diplomática e internacional. De acordo com os parâmetros da pesquisa, foi possível identificar um crescente descontentamento com o governo federal brasileiro, sob os prismas de combate da pandemia e ações para o estímulo do crescimento econômico. Fatores que apontam para dificuldades que serão enfrentadas no segundo momento de mandato, culminando estrategicamente para as eleições de 2022 e possível tentativa de reeleição ao poder Executivo.

Palavras-Chave: Democracia, popularidade, Jair Bolsonaro, Movimentos de renovação política, pandemia COVID19.

Cómo referenciar este artículo:

Macedo Gondo, R. y De Morais Oliveira, L. (2022). Crise política, pandêmica e social: estudo do Governo Bolsonaro no contexto da COVID19 no Brasil. *Revista Política, Globalidad y Ciudadanía*, 8(16), 49 - 67. <https://doi.org/10.29105/pgc8.16-3>.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es presentar resultados de una investigación probabilística cuantitativa realizada con la población brasileña en el territorio nacional para identificar las percepciones del gobierno presidencial de Jair Bolsonaro en Brasil. El corte de investigación está dimensionado para los años 2019 y 2020, con el propósito de alinearse con la primera parte del mandato del actual presidente y converger en los temas más representativos que surgieron en el contexto brasileño y global, como el enfrentamiento de la pandemia del COVID19, y las respectivas políticas públicas orientadas al combate y control de la enfermedad, el fortalecimiento y lineamientos de los movimientos sociales y la renovación política que han surgido en los últimos años y la postura del gobierno bajo la conducta diplomática e internacional. De acuerdo con los parámetros de la investigación, fue posible identificar un creciente descontento con el gobierno federal brasileño, bajo el prisma de combatir la pandemia y acciones para estimular el crecimiento económico. Factores que apuntan a las dificultades que se enfrentarán en el segundo mandato, que culminará estratégicamente en las elecciones de 2022 y posible intento de reelección del Ejecutivo.

Palabras Claves: Democracia, Jair Bolsonaro, movimientos de renovación política, pandemia de COVID-19, popularidad.

ABSTRACT

The objective of this article is to present the results of a quantitative probabilistic research carried out with the Brazilian population in the national territory to identify the perceptions of the presidential government of Jair Bolsonaro in Brazil. The research cut is dimensioned for the years 2019 and 2020, in order to align with the first part of the current president's term and converge on the most representative issues that emerged in the Brazilian and global context, such as dealing with the COVID-19 pandemic, and the respective public policies oriented to combat and control the disease, the strengthening and guidelines of social movements and political renewal that have emerged in recent years and the position of the government under diplomatic and international conduct. According to the parameters of the research, it was possible to identify a growing discontent with the Brazilian federal government, under the prism of fighting the pandemic and actions to stimulate economic growth. Factors that point the difficulties that will be faced in the second term, which will culminate strategically in the 2022 elections and possible reelection attempt of the Executive.

Keywords: Democracy, Jair Bolsonaro, political renewal movements, COVID-19 pandemic, popularity.

¹ Este artigo é produto do projeto “Comunicação Política e Governamental na América Latina”, financiado pelo Fundo MackPesquisa da Universidade Presbiteriana Mackenzie (Brasil). Começou em 2018 e terminou em 2020. Dirigido pelo Observatório de Marketing Político e Governamental do Centro de Comunicação e Letras – CCL Mackenzie.

² Doutor em Comunicação Social, com Pós-Doutorado em Ciência da Comunicação, Universidade de São Paulo. Docente e Pesquisador do Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Direção Eletrônica: roberto.macedo@mackenzie.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0456-6565>

³ Pós-Graduada em Marketing Político e Comunicação Eleitoral, pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Pesquisadora associada ao Observatório de Marketing Político e Eleitoral da Universidade Mackenzie. Direção Eletrônica: ligiamrvl@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6815-6368>

1.- INTRODUÇÃO

A capacidade de gestão pública foi posta publicamente nos últimos anos, de modo mais acentuado em 2019 e 2020, por ocasião da crise pandêmica que se instaurou globalmente e demandou múltiplas ações de controle e adequação econômica e de investimento para o equilíbrio dos países. De modo concomitante, os movimentos sociais e de renovação política surgem em todo o mundo, conquistando adeptos e melhorando sua capacidade organizacional frente as demandas que o sistema político legal impõe.

O olhar contemporâneo da política nacional e internacional deve ser aprimorado para identificar potenciais problemas nas ações tomadas e instituir o planejamento estratégico como algo balizador nas articulações e interações com a sociedade. Sob a perspectiva democrática, o Brasil apresenta histórico recente, proveniente da redemocratização nacional a partir da década de 80. Em poucos menos de 40 anos, o país já vivenciou dois processos de *impeachment* e uma polarização partidária que durou mais de duas décadas. Os níveis de corrupção em vários momentos foram intensificados nas mais diferentes esferas do poder nacional.

Aproveitando-se de uma mudança na polarização partidária brasileira nas eleições de 2018, Jair Bolsonaro conseguiu vitória nas urnas instituindo a polarização da esquerda versus a anti-esquerda, denominada no Brasil como “anti-petismo”. Nesse sentido, fez-se necessária uma análise dos dois primeiros anos de mandato governamental (2019-2020) e correlacionar as sínteses das respostas com os principais desafios postulados atualmente: o combate a pandemia de COVID 19 e a pressão provenientes pelos grupos sociais que articulam cada vez mais seus movimentos, cobrando o governo, seja pelos movimentos e rua ou por movimentos de renovação política.

O artigo apresenta primeiramente o histórico recente das manifestações de rua e sociais ocorridas desde 2013, com pressões pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, como também os movimentos de renovação que surgiram anos depois, visando promover uma visão mais propositiva da política no país. Agregando valor ao arcabouço citado e plano de fundo exposto, é apresentado os resultados de uma pesquisa quantitativa probabilística realizada no segundo semestre de 2020, em território brasileiro, com a finalidade de analisar os dois anos de Governo Bolsonaro e como que a identidade política do governo federal se relacionado com o crescimento dos movimentos de rua e de renovação política. O fator de

enfrentamento da crise pandêmica da COVID19 também se enquadrou nos levantamentos informacionais, visto relevância no contexto.

Tais pressupostos surgem no sentido de demonstrar que a capacidade constante de revitalização governamental, deve andar de modo equilibrado com os desafios que surgem pelas demandas sociais e econômicas, em um sistema geopolítico integrado e que necessita de alta capacidade diplomática e de articulação política.

2.-FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

O clamor das ruas e os movimentos de renovação

A polarização orientada pela disputa partidária começa a tomar uma nova forma no Brasil a partir de 2013. O empuxo gerado pelas manifestações que aconteceram em todo o mundo nos dois anos anteriores fez crescer na população brasileira um sentimento de indignação e de esperança. O primeiro, devido à insatisfação generalizada perante a classe política e as instituições públicas representativas; o segundo, pela perspectiva de mudança despertada pela Primavera Árabe e os levantes populares de 2011. Castells (2013), ao avaliar as similaridades dos movimentos que ocuparam as ruas de países como Tunísia, Egito, Espanha, Chile e Estados Unidos, destaca a crítica comum à existência de um déficit democrático generalizado e de uma crise global de legitimidade política, concomitante à crise do capitalismo especulativo mundial. O autor aponta sobre o espírito de época que envolveu os movimentos:

Qual seria o fio comum que unia, na mente das pessoas, suas experiências de revolta, a despeito de contextos amplamente diversos em termos culturais, econômicos e institucionais? Em resumo, era a sensação de empoderamento. Ela nasceu do desprezo por seus governos e pela classe política, fossem eles ditatoriais ou, em sua visão, pseudodemocráticos. Foi estimulada pela indignação provocada pela cumplicidade percebida entre as elites financeira e política. Foi desencadeada pela sublevação emocional resultante de algum evento insuportável. E tornou-se possível pela superação do medo, mediante proximidade construída nas redes do ciberespaço e nas comunidades do espaço urbano (CASTELLS, 2013, p. 19).

Os cidadãos passaram a compartilhar um sentimento de que os governos de seus países não representavam as vontades da maioria da população, pois colocaram à frente os interesses próprios e os de uma elite financeira. A caracterização de uma pseudodemocracia, em que uma classe governante

concentra poderes e não trabalha orientada pelas demandas da sociedade civil, faz com que o enfrentamento político dos movimentos se dê diretamente “com os governos, com os partidos e com a própria estrutura de uma democracia de elite” (PINTO, 2014, p. 137).

No Brasil, é exatamente o ano de 2013 que marca o ápice da dualidade entre a política das ruas e a política das instituições. As Jornadas de Junho foram a maior série de manifestações de rua no país desde os protestos pelo impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992. O alheamento dos processos decisórios da política e o sentimento de afonia de parte da população, apesar de não serem sentimentos novos, tomam uma nova proporção - reunindo centenas de milhares de brasileiros em protestos por todo o território nacional. As mobilizações, que foram num primeiro momento motivadas pelo aumento da tarifa dos transportes públicos e convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), escalonaram para um questionamento do próprio sistema político brasileiro, de seus moldes de desenvolvimento e de suas formas de fazer política, tal qual as manifestações globais dois anos antes.

Como aponta Bucci (2016), “junho de 2013 trouxe uma agenda inédita. Seu momento zero foi o rechaço ríspido contra a surdez do Estado. Eclodiram juntos a reprovação moral (e moralista) contra a impunidade da corrupção generalizada e o cansaço furioso contra a péssima qualidade dos serviços públicos” (BUCCI, 2016, p. 16). Apesar do caráter difuso dos cartazes em meio aos protestos, devido à heterogeneidade de demandas, fica explícita a tensão dos manifestantes para com o conservadorismo do sistema político institucional – este que, num primeiro momento, rechaça e deslegitima os movimentos das ruas, e ainda direciona de forma extremada a força policial em repressão a eles.

Os partidos políticos, inclusive, tornam-se grandes alvos dessa massa, por encastelarem a classe política e contribuir para a promoção de uma ilusão democrática. Safatle (2012) já havia apontado sobre as mobilizações populares da época que levantes assim não se deram e não se dariam mais a partir da lógica partidária. “Podemos não saber o que vai acontecer no futuro, que tipo de nova organização política aparecerá, mas sabemos muito bem onde acontecimentos não ocorrerão. Com certeza não nas dinâmicas partidárias” (SAFATLE, 2012, p. 55). Numa análise multidimensional, também aponta Lima (2013), a afronta aos poderes institucionais se estende aos partidos políticos e a outros atores do Estado democrático, em 2013:

Esse déficit na representação política do Parlamento, acrescido do bloqueio histórico de vozes ao debate público e a consequente corrupção da opinião pública, praticados pelos oligopólios

empresariais da velha mídia, talvez nos ajudem a compreender, pelo menos em parte, a explosão das ruas. Se não existem as condições para a formação de uma opinião pública democrática – uma vez que a maioria da população permanece excluída e não representada no debate público –, não pode haver legitimidade nos canais institucionalizados (os partidos políticos) por meio dos quais se escolhe os representantes da população (LIMA, 2013, p. 166).

Em 2013, as manifestações de rua cresceram em força e voltaram a ganhar legitimidade enquanto instrumento social de pressão à política institucional, de potencialização do desejo de transformação social e de criação de uma nova cultura política pela sociedade civil, intrinsecamente participativa. “Foi uma nova cultura política democrática que, apesar de um sistema político amorfo e blindado, se formou na base da sociedade e irrompeu nas ruas” (NOBRE, 2013, p. 144). Neste cenário, reconfigura-se o ativismo social no Brasil. Despontam movimentos identitários, como o movimento negro, o movimento feminista e o movimento LGBTQIA+, em suas lutas por reconhecimento, por políticas públicas e por representatividade política e social. Assim como surgem novos movimentos, de esquerda e de direita, em busca do acesso direto à política institucional – grupos que, em vez de atuarem com a pressão direta a governantes políticos, optam pela transformação interna e nuclear das instituições.

Depois de um momento inicial de heterogeneidade, “o cenário pré-eleitoral de meados de 2014 rumo à contenda presidencial acabou abrindo um novo momento de acirramento das polarizações que absorveu boa parte dos atores sociais e políticos ao longo de 2015” (Pleyers y Bringel 2015, p. 9). Nos anos seguintes, protestos novamente ocupariam as ruas das cidades brasileiras.

Em Março de 2015 novas manifestações de massa irrompem nas ruas do Brasil, com características totalmente diferentes das de Junho de 2013, pelo repertório das demandas, grupos sociais que as convocam, composição social e de faixa etária dos participantes. A questão política entra em cena como divisor de água entre aqueles que apoiavam o governo da Presidente Dilma Rousseff e aqueles que são contra seu governo, pelas políticas adotadas ou anunciadas por ele, ou por convicções próprias (é bom lembrar que a Presidente Dilma foi eleita em Outubro de 2014, após o segundo turno, com 54,5 milhões de votos e o seu opositor, Aécio Neves, teve 51 milhões. Portanto houve uma grande divisão na sociedade) (GOHN, 2020).

Infladas pelos desdobramentos da Operação Lava Jato (investigações unificadas da Polícia Federal sobre a prática de crimes financeiros e desvio de recursos públicos), a partir de 2015, acontecem

manifestações expressivas que expõem o descontentamento de uma parcela da população com o governo de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), principalmente pautando a bandeira da Ética na política.

A ausência de lideranças progressistas desvinculadas a partidos políticos, porém, permitiu que os grupos liberais e conservadores pudessem canalizar a indignação das ruas, explorando politicamente suas reivindicações e aproveitando a oportunidade para moldá-la de acordo com seus próprios interesses (Ortellado y Ribeiro, 2018). Isso, também por influência dos conglomerados de mídia, como aponta Lima (2013), que passam a atuar como grandes agentes desqualificadores de políticos e da política no Brasil, a partir de uma visão reducionista que expõe a corrupção dos representantes políticos como a grande responsável pelas principais crises do país. O antipetismo emerge, então, a partir de um apagamento da dimensão estrutural da corrupção, numa metonímia que atribui a prática escusa e as mazelas do país exclusivamente ao Partido dos Trabalhadores (PT).

A canalização da indignação dos manifestantes a uma bandeira da Ética na política ganha cada vez mais força, e a metonímia imposta ao PT pelas novas lideranças que ocupavam as ruas, pelos partidos de oposição e pela mídia fizeram crescer em tamanho as manifestações de 2015 e 2016, que pediam o fim do governo petista. A polarização ganhou força nos protestos de rua e nas redes sociais digitais, tendo como uma das suas maiores figuras representativas a imagem abaixo, em que o país se dividiu diante as duas narrativas – a antipetista e a anti-antipetista – durante a votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff, em abril de 2016.

Dessa forma, resgatando o legado das Jornadas de Junho e a insatisfação demonstrada para com as instituições tradicionais, muitos dos novos grupos focaram suas críticas nos atores e atitudes do que se convencionou chamar de ‘velha política’ - um jargão identificado com práticas de políticos de longa data, baseadas em conchavos escusos, na venda do Estado a grupos privados, no nepotismo, na troca de favores privados por agentes públicos, entre outros.

A figura retórica da renovação, assim, surge em oposição a esses costumes, como resposta à insatisfação com a classe política e suas práticas, e a partir de um desejo de atuação ética dos nossos representantes em cargos eletivos. Isso levou, com exceção de alguns grupos (como o Movimento Brasil Livre – MBL e o Ocupa Política, movimentos claramente identificados dentro do espectro político da direita e da esquerda, respectivamente), com que a maioria dos movimentos buscasse fugir dos rótulos

da polarização petista e peessedebista, identificando-se com uma ‘terceira via’, essencialmente suprapartidária, em contraposição ao binômio de lógicas partidarizadas que imperavam até então.

A busca por uma construção autônoma de novos espaços de debate político, mas mais do que isso, o desejo de transformação social do sistema democrático brasileiro fez surgir a série de grupos de renovação e inovação da política analisadas no presente artigo. Entre esses, identificamos 14 de destaque, em atuação até os dias de hoje: Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS, Movimento Brasil Livre – MBL, Vote LGBT, Gabinetona, Bancada Ativista, Muitas, Movimento Agora, Frente Favela Brasil, Me Representa, Livres, Ocupa Política, Movimento Acredito, RenovaBR e Vote Nelas.

Aqui, procurou-se fazer um mapeamento para além do que o senso comum midiático costumou chamar de ‘movimentos de renovação’, mas sim buscamos identificar quais os grupos que surgiram a partir do descontentamento dos cidadãos com a classe política e que entraram diretamente na disputa por espaços no Legislativo e no Executivo, como se pode avaliar na tabela abaixo. Os grupos citados têm abrangência nacional, são suprapartidários, não possuem fins lucrativos e têm sua sustentabilidade financeira baseada em doações de pessoas físicas e/ou de pessoas jurídicas. A composição dessa tabela foi feita a partir de levantamentos, quantitativos e qualitativos, acerca das declarações dadas pelos grupos a jornais, revistas e sites, e por entrevistas realizadas com dirigentes de alguns dos grupos listados.

Tabela 1.

Grupos de qualificação e renovação da política, de acordo com seus objetivos de atuação durante o período eleitoral.

Categoria	Perfil de atuação	Exemplos (ano de criação)
Formação	Grupos que atuam com formação de candidatos, servidores públicos, cargos comissionados e outras lideranças políticas.	Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS (2012); e RenovaBR (2017).
Agenda	Movimentos que elaboram agendas de políticas públicas para serem incorporadas por candidaturas, lideranças eleitas e em cargos comissionados.	Movimento Agora (2016).
Mobilização	Movimentos que engajam e apoiam lideranças políticas locais, de acordo com sua afinidade a uma agenda ampla de princípios, potencializando sua entrada e permanência na política eleitoral.	Movimento Brasil Livre – MBL (2014); Ocupa Política (2016); Livres (2016) e Movimento Acredito (2017).
Bandeiras	Movimentos que defendem bandeiras transversais de atuação na política.	Vote LGBT (2014); Vote Nelas (2018); Me Representa (2016); Frente Favela Brasil (2016).
Coletividade	Coletivos que buscam promover inovação no sistema político, por meio da eleição de bancadas e candidaturas coletivas (ou candidaturas compartilhadas).	Gabinetona (2015); Bancada Ativista (2016); Muitas (2016).

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2021).

Os movimentos e grupos de inovação e qualificação política que surgiram na última década buscam exatamente quebrar com esses paradigmas, disputando o espaço das instituições por meio da incidência eleitoral e incentivando a transformação sistêmica das instituições. Como mostra a tabela, são cinco as classificações identificadas para alcançar esses resultados, que na verdade podem ser aglutinadas em três grandes grupos: o primeiro (1), de movimentos e grupos que buscam disputar diretamente os cargos eletivos para o Legislativo e o Executivo, composto por lideranças regionais que têm como um de seus maiores objetivos a eleição de integrantes (incluem-se aqui tanto os grupos que atuam com formação, quanto os que atuam com mobilização); o segundo (2), de movimentos e grupos que buscam qualificar o debate eleitoral, pressionando candidaturas e partidos a incorporarem determinadas agendas e/ou bandeiras (é o caso dos grupos de agenda e dos de bandeiras); e o terceiro (3) seria de movimentos e grupos que buscam renovar as próprias táticas de atuação da política institucional, por meio de novas estruturas e articulações, modelando novos processos para os mandatos no limite da legislação eleitoral (incluem-se aqui os grupos que atuam com a coletividade) (Tavares, 2017).

Nas últimas três eleições (as municipais de 2016 e 2020, e as gerais de 2018), os movimentos e grupos de inovação e renovação política se fortaleceram enquanto novas estruturas organizativas de ativismo social. Em 2020, por exemplo, grupos como o RenovaBR, a RAPS, o Movimento Acredito e o Livres tiveram, respectivamente: 152, 57, 18 e 14 lideranças eleitas. Em 2018, guardadas as proporções entre eleições gerais e eleições municipais, estes grupos tiveram eleitas, respectivamente, 17, 35, 7 e 4 lideranças. O destaque recebido pelos movimentos de renovação política, porém, tem sido inversamente proporcional ao espaço concedido pelos partidos políticos para os integrantes dos grupos, uma vez eleitos.

Como haviam apontado Castells (2013) e Nobre (2013), os freios institucionais, aqui principalmente identificados na figura dos partidos, blindam o sistema democrático contra forças sociais de transformação. O embate programático entre a agenda do movimento e a do partido resulta em um enfraquecimento das lideranças partidárias. Dissidências levaram atores consagrados da política tradicional a chamarem os movimentos de ‘partidos clandestinos’ e ‘partidos paralelos’, acusando-os de incentivarem a infidelidade partidária; promoverem cortinas de fumaça para escapar da lei eleitoral,

principalmente no que tange o financiamento das candidaturas; e de serem fachadas para a promoção da figura pública dos candidatos.

Os movimentos de renovação e inovação política chegam a cada nova eleição com mais desafios estruturais: desde o paradoxo anacrônico da ‘renovação’, ao embate direto com o sistema partidário e as regras do jogo democrático, à cobrança por resultados após os mandatos estreatantes, aos questionamentos sobre a pretensa equidade racial e de gênero dos integrantes dos grupos, à dificuldade de capilarização regional em todo o país. Mais do que isso, com a eleição de Jair Bolsonaro, a ‘terceira via’ perde força e impõe um novo rearranjo de forças políticas no cenário dos movimentos e organizações sociais.

Jair Bolsonaro em 2018 como símbolo do “antipetismo”

Aproveitando de todo esse contexto dos movimentos de renovação, Jair Bolsonaro, até então um parlamentar desconhecido nacionalmente, consegue fazer uso desse capital político de indignação e com pautas conservadoras e radicais, fortalece a direita do país e consegue concluir o primeiro turno em primeiro lugar, disputando com o candidato de esquerda Fernando Haddad. Apesar de estar em um partido de baixa relevância, conseguiu intensificar uma “onda” de mudança, gerando expectativas de combate a corrupção e alinhamento do crescimento do país sob a visão da conservadora direita.

De acordo com dados da Agência Brasil de 2018, Bolsonaro conseguiu 55,3% dos votos válidos, derrotando o modelo de governo petista, presente no poder desde 2003. Todavia, consagrado Presidente da República, Bolsonaro teve pouco tempo para articular suas propostas de governo, principalmente as propostas de Reforma estabelecidas em campanha eleitoral. Logo no início do seu segundo ano de mandato, os impactos da crise pandêmica corroboraram para que o clima de tensão governamental se potencializasse.

Adotando um discurso conservador e negacionista aos impactos da pandemia, contrariando inclusive os posicionamentos da ONU e OMS, Bolsonaro alia-se com o discurso de seu aliado em intenções ideológicas Donald Trump, presidente dos EUA no período e que fomentou crises de imagem decorrentes da baixa capacidade de conduzir políticas públicas eficientes para o combate da COVID19 em território americano. Fato esse que corroborou diretamente para sua derrota nas urnas no segundo semestre de 2020, permitindo a volta dos Democratas no cenário político, por intermédio de Joe Biden e Kamala Harris.

Diplomaticamente Bolsonaro afastou-se dos líderes globais favoráveis e medidas de isolamento social e *lockdowns*. Preferiu aderir ao conceito de automedicação de medicamentos sem comprovação reconhecida pela OMS e negando a periculosidade da evolução da contaminação. (Hermich, 2020).

Somente em 2020, no ápice da crise pandêmica, ocorreram duas trocas de Ministros da Saúde, gerando instabilidade na comunicação governamental e demais atores sociais envolvidos no processo de políticas públicas. Contradições informacionais ocorreram em demasia, gerando um aumento negacionista por parte da população identificada com o atual presidente. A dificuldade de conscientização ao uso de máscaras e distanciamento social geraram um aumento representativo das contaminações e óbitos, deixando o Brasil entre os cinco países com mais mortos pela COVID19.

O processo de imunização também se demonstrou moroso e conflitante, no que tange negociações para a compra de imunizantes, bem como a preparação viável e organizada do Plano Nacional de Imunização, presente em todo o território nacional.

Vale considerar que de dois anos de mandato, 50% do tempo foi envolto a temática da COVID19 e seus desdobramentos. Por esse fator que esse vetor da pesquisa foi cuidadosamente analisado. Primeiramente porque o processo pandêmico ainda não se encerrou até o momento do fechamento da pesquisa e em segundo lugar, buscar identificar se essa postura divergente dos demais líderes mundiais abalaram a credibilidade do governo para o pleito de 2022.

Movimentos que se instauraram no final de 2020 já apontam um novo ciclo de polarização que pode ser potencializando nos próximos semestres, mas com Bolsonaro como o desafio popular, podendo criar um fenômeno político no Brasil do “bolsonarismo” e “anti-bolsonarismo”, que transcende do olhar partidário, mas que se concentra no personalismo do político. Fato esse que certamente será pauta para pesquisas futuras.

3.-METODO

Desenho

O presente artigo apresenta resultados de uma pesquisa quantitativa de monitoramento direcionada nos pilares comunicacionais e de governo em âmbito federal, com o objetivo de coletar informações relacionadas ao mandato do atual Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro (2019-

2022), visando observar aspectos de popularidade do Presidente, aceitação de governabilidade frente as principais pautas de governo no período, condução de políticas públicas de acordo com linha estabelecida no Plano de Governo (eleições).

O trabalho está amparado em uma das linhas de atuação do Observatório de Marketing Político e Governamental – OMPG, alinhado ao Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil. Tal linha é direcionada ao processo reflexivo da pauta macro política brasileira, tendo como olhar principal as atuações do Executivo político do país, situado na capital Brasília e com impactos em todos os 27 Estados da Federação, considerando o Distrito Federal. A segunda linha do Observatório se estrutura em análises regionais dos fenômenos políticos e sociais provenientes de um contexto democrático e pluripartidário, na qual não foi alvo de trabalho nesse recorte de investigação.

Vale salientar que, diante do atual contexto global pandêmico proveniente da COVID19, o levantamento de dados foi estruturado de modo a contemplar também tal problemática, que impactou intrinsecamente as conduções de políticas públicas e comunicacionais do governo, não somente no Brasil, mas em todo o planeta. Diferente de versões anteriores da pesquisa, com outros atores sociais e políticos, questões relacionadas com a condução política do Presidente na pandemia foram incluídas, alinhando com uma das hipóteses da investigação de que a postura exercida no período pandêmico, principalmente no ano de 2020, resulta diretamente na credibilidade de governo e está atrelada com os pilares governamentais por ora trabalhados, como: situação econômica, empregabilidade, desenvolvimento econômico, dívidas externas e teto de gastos públicos (interno).

O desenho da pesquisa tem por objetivo principal mensurar os níveis de crise política estabelecidos no país e conseguir aferir por intermédio dos dados primários constituídos, o aumento ou redução de descontentamento frente aos desafios políticos no Brasil. Vale salientar que o processo eleitoral de 2018 foi repleto de acusações e ações dos múltiplos postulantes ao Palácio do Planalto (Executivo), tendo como plano de fundo uma disputa que transcendeu a competitividade partidária e ideológica, mas sim explicitou uma disputa amparada em duas candidaturas de segundo turno, na qual o eixo principal foi a defesa ou revelia da continuidade do modelo de esquerda estabelecido pelo Partido dos Trabalhadores quase duas décadas anteriores ao pleito. A polarização partidária brasileira foi presente desde meados da década de 90, com a eleição do social democrata (PSDB), Fernando Henrique Cardoso (1994-1998 e 1999-2002) e a vitória da esquerda (PT) com Luís Inácio Lula da Silva (2003-

2006 e 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016, com interrupção de mandato decorrente do processo de *impeachment* ocorrido no mesmo ano).

Baseado nesse novo cenário de polarização presente em 2018, a pesquisa contemplou uma das fases de monitoramento governamental federal do atual mandato de Jair Bolsonaro (seus dois primeiros anos de governo). A análise completa se estruturará completamente ao final de 2022, quando os dois momentos relacionados aos biênios de gestão estarão concluídos e poderão ser comparados de maneira mais precisa e completa. Como no Brasil o mandato presidencial possui a duração de quatro anos, a presente análise se conteve nos anos de 2019 e 2020, considerando que ao menos 50% do tempo de gestão esteve envolto com demandas inerentes do combate a pandemia da COVID19, em todo o mundo.

Participantes

Com caráter qualitativo, a pesquisa foi desenvolvida visando contemplar participantes de todo o território nacional, permitindo maior possibilidade de apresentação dos dados mensurados. O Brasil apresenta cinco macro regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, sendo que a predominante densidade populacional brasileira está registrada na região sudeste. Nesse sentido, uma das premissas balizadora da pesquisa era ter a expectativa de maior participação da região mais populosa, visando equilíbrio geográfico para análise.

A amostragem estabelecida foi probabilística, visto que a participação dos envolvidos foi por preenchimento de formulário eletrônico encaminhado via redes sociais. Vale ressaltar que um dos meios de estímulo eletrônico para participação dos atores da pesquisa foi no contexto da universidade, com acionamento de alunos vigentes e egressos, solicitando colaboração para replicação da investigação em suas redes. Visando obter enviesamento regional sudeste, local situado o campus principal da universidade, demais instituições parceiras do Observatório presentes em demais áreas do país foram acionadas, potencializando a capilaridade de respostas e percepções.

O questionário de investigação foi desenvolvido com 18 perguntas para contemplar três linhas de abordagem, sendo a primeira concentrada na identificação de dados demográficos dos participantes – região, extrato etário, de renda e escolaridade. A segunda parte foi dirigida no levantamento da percepção do Presidente nos seus dois primeiros anos de mandato, tendo como eixo norteador as principais bandeiras de campanha, tais como: maior facilidade para compra de armamentos, redução de ministérios,

privatizações de estatais; aumento de empregos e reestruturação do modelo de ensino via Ministério da Educação, considerando o perfil de direita conservadora apresentado por Jair Bolsonaro e sua base de governo. A opinião dos entrevistados acerca da predominância de nomes do primeiro escalão de governo provenientes das Forças Armadas também foi ponto de interesse, dado histórico recente de intervenção militar no país, com regime autoritário e controlador da liberdade de expressão e imprensa (1964-1985).

A terceira parte de questionamentos foi concentrada no cenário estabelecido pela pandemia COVID19, postura do governo diante da gestão da crise sanitária e em especial a postura do Presidente da República, que desde o início das primeiras notícias acerca da COVID19, minimizou os impactos da mesma, gerando um ambiente de desconforto de múltiplos atores envolvidos no processo, principalmente com relação aos profissionais da saúde.

É pertinente esclarecer que esses questionamentos foram realizados principalmente pelo ambiente polarizado que ocorreu no país frente as melhores práticas de condução da pandemia, tais como eficiência de *lockdowns* nas regiões para conter a disseminação do vírus, conseqüentemente com o fechamento do comércio e demais serviços, medicamentos preventivos utilizados para o combate ao vírus – não comprovados clinicamente, o negacionismo da periculosidade pandêmica e perspectivas de retomada para os próximos semestres, sob o ponto de vista epidemiológico e econômico.

Outro ponto que é premissa considerável para o plano de fundo da pesquisa é que até o fechamento do respectivo artigo, o Brasil estava com a marca de mais de 200 mil mortos por COVID19 em todo o território nacional, sendo mais de 8 milhões e 200 mil contaminados. Posição está que sustenta entre os cinco maiores números de contaminação no mundo. E quanto as vacinas e alocação dos imunizantes ao Plano Nacional de Imunização, o Brasil ainda planejava o processo logístico e aquisições da vacina com os laboratórios disponíveis, inclusive pauta de inúmeras tensões entre governo, poderes (judiciário e legislativo) nacional, decorrente das decisões e morosidade das decisões, apontadas pela oposição ao governo.

O período da pesquisa com aceite de respostas ao questionário ocorreu de 20 de outubro de 2020 até 12 de novembro do mesmo ano, contemplando 2846 participações completas de respostas. Foram excluídas 27 respostas incompletas na base de dados do formulário, visto que poderiam apresentar distorções decorrentes de problemas técnicos de validação.

Foram aceitos para o preenchimento da pesquisa brasileiros com título de eleitor e maiores de 16 anos, sendo que no Brasil, o voto de cidadãos de 16-18 anos é facultativo, bem como eleitores acima de 70 anos.

Instrumentos

A opção pela pesquisa quantitativa foi necessária devido ao interesse em realizar um levantamento de dados em território nacional e conseguir aferir questões que estão relacionadas com percepção do cidadão frente aos dois primeiros anos de governo Bolsonaro. Dada ao tamanho do universo da população brasileira, com base em 211 milhões de habitantes, o base de cálculo amostral retratou uma margem de erro de 4 pontos percentuais, de acordo com a quantidade de respostas e a distribuição dos resultados pela análise de território nacional. O nível de confiança estabelecido para o cálculo foi de 90%.

Como a base de distribuição da pesquisa foi decorrente de distribuição eletrônica, via formulário de preenchimento, a consideração de erro percentual se estabeleceu mais alta do que nas abordagens presenciais, utilizando como base as premissas apresentadas pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A distribuição das respostas foi considerada pertinente, visto que a proporcionalidade apresentada seguia em linha com as perspectivas demográficas no país. A região Sudeste foi responsável por 57% das ocorrências de respostas, tendo como sequência a região Nordeste com 16%, Sul 13%, Centro-Oeste com 8% e Norte com 6% dos entrevistados.

Etariamente também foram categorizados quatro grupo de perfis de cidadãos, de acordo com o seu comportamento geracional e possibilidades de interpretação da realidade. O objetivo da pesquisa por intermédio da sua abordagem metodológica era de se posicionar predominantemente entre os extratos etários dois e três, onde se estabelecem os perfis predominantemente ativos economicamente. A distribuição dos participantes ocorreu da seguinte forma: 16-18 anos – 4%, 19-25 anos – 41%, 26-50 anos – 36%, acima de 50 anos – 19%., convergindo para os extratos de interesse, que representarão juntos – 77% da possibilidade de análise de suas percepções.

Procedimentos

A partir do momento que as solicitações de respostas foram sendo distribuídas pelas redes sociais, focadas nos públicos descrito no Desenho da investigação, os resultados foram armazenados para posterior compilação dos dados, de acordo com o interesse da pesquisa, sob os aspectos políticos e sociais no período de 2019-2020. Qualquer outra percepção interpretativa que fugisse desse simulacro de análise, era reportadas para o campo de perspectivas de cenário. Os principais pontos de análise que foram considerados como procedimento de estudo foram: a) análise da primeira parte do mandato presidencial de Jair Bolsonaro; b) aceitação das políticas públicas adotadas no período; c) visão da identificação das promessas de campanha com a realidade apresentada; d) visão dos entrevistados acerca dos movimentos de renovação política explicitados nas eleições de 2018 e seus impactos para os próximos semestres e eleições e e) percepção do entrevistado com relação aos impactos da pandemia na economia e sociedade brasileira.

4.-RESULTADOS

Para melhor seguir as análises dos resultados e os amparos metodológicos, serão apresentados os principais resultados provenientes das partes apresentadas na pesquisa. Na primeira parte, destinada aos perfis demográficos observou-se uma predominância dos participantes com formação acadêmica acima do fundamental II, representando 88% dos entrevistados. Dos que possuem curso superior, desse universo se registra 64%. Podemos afirmar que os resultados obtidos concentraram maior formação e alimentar hipótese que os resultados podem estar alinhados com o perfil estratificado de perfis mais urbanos e de regiões centrais, onde o acesso a formação e renda é mais representativo, alinhando com dados apresentados no relatório de formação e distribuição no Brasil, do Ministério da Educação 2018.

As informações descritas nos Instrumentos da pesquisa relacionadas as participações etárias e regionais permitiram compreender que os resultados podem estar alinhados com percepções regionais e suas interpretações com o cenário político atual. Nas indagações relacionadas com os dois primeiros anos de Governo Bolsonaro, as avaliações alinhadas com Ótimo/Excelente transitam pelas escalas de 18-22%, tendo como ruim/péssimo entre 14-18%. A concentração maior de participantes se encontra em avaliações regulares do Governo, se estabelecendo em resultados proeminentes de margem “Bom/Razoável”. Tais premissas nos permite interpretar que os índices de alta aprovação de governo depois de 50% de mandato são limitados, no qual podem corroborar para dificuldades no processo de articulações para a tentativa de reeleição em 2022.

Sequencialmente, quando se correlaciona as medidas estratégicas adotadas frente ao combate da pandemia, fica evidente o descontentamento predominante das entrevistas, todavia ainda se sustenta um percentual que afirma que a crise epidemiológica da COVID19 não pode ser considerada responsabilidade do Presidente. Em abordagem destinada a interpretação da pandemia, escalas entre 75 e 82% dos entrevistados acreditam que a crise está relacionada com a pandemia e que as políticas públicas não foram suficientes para melhoria. Um cenário apresentado de pessimismo no processo de Gestão do primeiro período do atual presidente.

Quando questionados frente ao processo diplomático do governo, 84% dos entrevistados julgam como fraca a dinâmica de trabalho do governo brasileiro em negociações com outros países. E 92% acreditam que essa postura pode dificultar o processo de imunização da pandemia em território nacional, deixando mais letárgica a retomada política.

Como ponto positivo ao governo nos dados apresentados, quando questionados se as ações do Ministério da Economia capitaneado por Paulo Guedes poderão ajudar o país a sair da crise econômica, 68% acreditam ser possível. O que nos permite interpretar que apesar da imagem do governo estar sendo considerada frágil pela amostra, existe expectativas positivas no plano econômico e financeiro.

Na última parte da pesquisa, com olhares para a visão dos entrevistados frente a imagem do Presidente, 83% consideraram negativa a postura do presidente na pandemia e que isso poderia ter sido diferente na condição de Presidente da República. Tal fato se reflete pelo perfil negacionista adotado pelo Governo Federal e demais interlocutores do Planalto federal quando o assunto se relacionava com as diretrizes da ONU e OMS para o combate da pandemia: desde comportamentos sociais de uso de máscara, distanciamento e assepsia com álcool gel até aparições em público fomentando aglomerações e demais interpretações equivocadas pela população brasileira do que realmente seria a gravidade da situação pandêmica.

No bloco final de questionamentos, as interpretações frente aos movimentos de renovação política e melhorias no sistema político atual, os resultados remetem representativo descrédito nas respostas. Tal premissa é sustentada porque nas questões relacionadas ao eixo “percepções para os próximos semestres”, menos de 25% dos entrevistados alocavam índices positivos e de alta expectativa (vale-se reafirmar o uso de Escala Likert nessa parte dos questionamentos).

Tabela 2*Percentuais base de aplicabilidade da pesquisa quantitativa e distribuição por macrorregiões*

Distribuição	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Amostra
Distribuição nacional	6%	16%	18%	13%	57%	2846
Distribuição etária	16-18	19-25	26-50	Acima 51		Período
	4%	41%	36%	19%		20/10/20 –
						12/11/20

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2021).

Em um panorama geral, foi possível levantar três considerações acerca da situação do Presidente Jair Bolsonaro depois de dois anos e mandato. A primeira consideração é que a pandemia COVID19 afastou representativamente cidadãos que viam em Bolsonaro uma promessa de melhoria nas políticas nacionais. Seu perfil negacionista frente ao desafio pandêmico explicitou fragilidades que facilmente foram absorvidas nas percepções de imagem, dificultando seu fortalecimento imagético para 2022. A segunda consideração é com relação ao crédito dado aos novos movimentos de renovação pela amostra entrevistada, onde o descrédito por novas alternativas políticas ao país pode dificultar renovações nas esferas de poder, principalmente no âmbito legislativo. A última consideração ocorre no sentido de percepção das crises constantes institucionalizadas pelo governo, no que tange tratamento das mídias, relações diplomáticas e demais embates políticos, que já são vistos como ponto de vulnerabilidade governamental em um país tradicionalmente parcimonioso nas suas ações e planejamentos.

5.-CONCLUSÕES

Diante do exposto pelos dados da pesquisa é visível os impactos de credibilidade que o atual Presidente recebeu pela condução nebulosa e entrópica de políticas públicas na pandemia, concomitante com os seus dois primeiros anos de mandato. A política ríspida de relações diplomáticas e morosidade na articulação para aquisição de insumos pandêmicos e imunizantes, deixam o Brasil em uma frágil dependência de recursos e com falência nos atendimentos hospitalares pelo território nacional. Os números relacionados com a COVID19 estão negativamente entre os cinco países com maior contaminação no mundo. Aliado a esse ponto, se adiciona a dificuldade de desenvolver suas pautas de governo, gerando descontentamento não somente na população que não identifica com sua postura, mas também na sua base eleitoral, fundamental para o pleito de 2022.

O conceito estabelecido de negação às políticas de controle pandêmico e de incentivo ao processo de imunização da população por intermédio de vacinas contra o coronavírus e suas variáveis permitiu uma intensificação da polarização da população brasileira, com distintas visões acerca do processo de combate ao vírus e formas de contenção. Consequentemente, os posicionamentos mais extremistas geram ruídos nas decisões governamentais, fragilizando o atual governo e permitindo argumentos de enfrentamento dos grupos políticos opositoristas ao Governo Bolsonaro.

Manifestações de Rua são legítimas legalmente e certamente tendem a intensificar nos próximos semestres, visto que além dos dilemas pandêmicos, também existem os dilemas de revitalização econômica e geração de emprego e renda. Diante esse cenário, os Movimentos de Renovação conseguem se consolidar como alternativas para o próximo pleito, apesar da instância política estar mal avaliada e reconhecida em todo o território nacional, bem como em muitos outros países latino-americanos.

O mesmo ator político que ascende na contraposição política, pode facilmente se colocar no contraste negativo em poucos semestres de gestão, caso suas práticas não sejam valorizadas ou identificadas com a população, e aparentemente esse pode ser o grande desafio de Jair Bolsonaro na condução estratégica de seu nome para a reeleição em 2022.

A eleição de outubro de 22 terá como plano de fundo o enfrentamento da pandemia e seus resultados impactantes no contexto econômico, político e social, com sufocamento do sistema de saúde, estagnação de crescimento econômico e uma sociedade impactada com os ambientes de contaminações, mortes e luto as milhares de famílias atingidas pelos óbitos gerados pelas contaminações e internações decorrentes do coronavírus e suas múltiplas variáveis.

REFERÊNCIAS

- Bucci, E. (2016). *A forma bruta dos protestos: das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gohn, M. (2020). *Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013*. Curitiba: Revista Diálogo Educacional, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189145380007.pdf>.

- Hermich. (2020). *Elementos políticos na pandemia. Uma análise de fatos*. Londrina: Toth.
- Lima, V. (2013). *Mídia, rebeldia urbana e crise de representação*. In: Maricato, H.; et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior.
- Ortellado, P; Ribeiro, M. (2018). *Polarização e desinformação online no Brasil*. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, 2018. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14629.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- Nobre, M. (2013). *Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Pleyers, G.; Bringel, B. (2015). *Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil*. In: Nova Sociedade, Vol. 2015, n. 2, p. 4-17. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2078.1/172074>. Acesso em 10 fev. 2021.
- Pinto, C. R. J. (2014). *Movimentos sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política?* In: Gohn, M. G. (org.); Bringel, B. M. (org). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Editora Vozes, p.129-145.
- Safatle, V. (2012). *Amar uma ideia*. In: Harvey, D.; et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior.
- Tavares, J. (2017). *Grupos que buscam renovação na política podem se unir em 2018*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 17 nov. 2017. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1936070-grupos-que-buscam-renovacao-na-politica-podem-se-unir-em-2018.shtml>. Acesso em 6 fev. 2021.